Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32455

DINÂMICAS FAMILIARES DISFUNCIONAIS E FORMAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS: IMPLICAÇÕES NOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS SOB A PERSPECTIVA SISTÊMICA FAMILIAR

DYSFUNCTIONAL FAMILY DYNAMICS AND THE FORMATION OF AFFECTIVE BONDS: IMPLICATIONS FOR ABUSIVE RELATIONSHIPS FROM A FAMILY SYSTEMS PERSPECTIVE

DINÁMICAS FAMILIARES DISFUNCIONALES Y FORMACIÓN DE VÍNCULOS AFECTIVOS: IMPLICACIONES EN LAS RELACIONES ABUSIVAS DESDE LA PERSPECTIVA SISTÉMICA FAMILIAR

Bianca Tieppo Vissotto[1]
Fabíola Galina Beleia[2]

RESUMO: Este artigo buscou investigar, com base na literatura científica e na abordagem sistêmica familiar, de que maneira as dinâmicas familiares na infância contribuem para a reprodução de padrões relacionais na vida adulta, com ênfase na vulnerabilidade a relacionamentos abusivos. A pesquisa busca descrever as dinâmicas familiares sob a ótica sistêmica e compreender como essas interações na fase inicial da vida influenciam a formação e a repetição de padrões de comportamento na maturidade. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, fundamentada em buscas em bases de dados como SciELO, PubMed, prioriza a utilização de obras seminais e autores clássicos indispensáveis para a compreensão teórica de conceitos da abordagem Sistêmica Familiar que acrescentem à pesquisa. As análises pretendem demonstrar a correlação entre as vivências familiares na infância e o estabelecimento de vínculos disfuncionais na vida adulta, oferecendo uma base teórica para a compreensão da manutenção de ciclos abusivos.

Palavras-chave: Infância. Família. Relacionamento abusivo.

ABSTRACT: This article sought to investigate, based on scientific literature and the family systemic approach, how family dynamics in childhood contribute to the reproduction of relational patterns in adulthood, with an emphasis on vulnerability to abusive relationships. The research aims to describe family dynamics from a systemic perspective and to understand how these interactions in the early stage of life influence the formation and repetition of behavior patterns in maturity. Methodologically, the study is characterized as a narrative literature review, based on searches in databases such as SciELO and PubMed, prioritizing the use of seminal works and classic authors indispensable for the theoretical understanding of concepts of the Family Systemic approach that add to the research. The analyses intend to demonstrate the correlation between family experiences in childhood and the establishment of dysfunctional bonds in adulthood, offering a theoretical basis for understanding the maintenance of abusive cycles.

[1] Acadêmica de Psicologia. Centro Universitário Univel.
[2] Especialista em Terapia Familiar Sistêmica e Psicoterapia de Casal e Família. Responsável Técnica da Clínica Escola de Psicologia. Orientadora. Centro Universitário Univel.

Keywords: Childhood. Family. Abusive relationship.

RESUMEN: Este artículo buscó investigar, con base en la literatura científica y el enfoque sistémico familiar, de qué manera las dinámicas familiares en la infancia contribuyen a la reproducción de patrones relacionales en la vida adulta, con énfasis en la vulnerabilidad a relaciones abusivas. La investigación busca describir las dinámicas familiares bajo la perspectiva sistémica y comprender cómo estas interacciones en la fase inicial de la vida influyen en la formación y repetición de patrones de comportamiento en la madurez. Metodológicamente, el estudio se caracteriza por ser una revisión narrativa de la literatura, fundamentada en búsquedas en bases de datos como SciELO y PubMed, priorizando la utilización de obras seminales y autores clásicos indispensables para la comprensión teórica de conceptos del enfoque Sistémico Familiar que aporten a la investigación. Los análisis pretenden demostrar la correlación entre las vivencias familiares en la infancia y el establecimiento de vínculos disfuncionales en la vida adulta, ofreciendo una base de teoría para la comprensión del mantenimiento de ciclos abusivos

Palabras clave: Infancia. Familia. Relación abusiva.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a abordagem Sistêmica Familiar, a família é vista como um sistema, um grupo onde todas as pessoas estão conectadas e se influenciam de alguma forma, considerando a sua intersubjetividade, ou seja, cada sujeito que a constitui pode enxergar a realidade de um jeito diferente, a partir das experiências e interações com outros indivíduos do grupo. As relações e situações estão em constante transformação, e a família não existe de forma isolada, está sempre ligada a outros sistemas (Costa, 2010). Compreender a família implica considerar suas movimentações constantes, bem como os contextos nos quais está inserida, uma vez que fatores externos também podem influenciar diretamente no seu funcionamento. (Nave; Jesus, 2005).

Sob essa perspectiva, a família pode ser compreendida como um sistema aberto, no qual há trocas constantes com o meio, permitindo processos contínuos de adaptação e reorganização diante das mudanças ao longo do ciclo vital. Eventos como nascimento, adolescência, conjugalidade e separações demandam reestruturações internas, evidenciando que o funcionamento familiar não é estático, mas sim construído continuamente nas interações. (Féres-Carneiro; Diniz Neto, 2010).

A funcionalidade familiar não significa "família perfeita", mas sim uma família capaz de se adaptar às mudanças, resolver conflitos e manter vínculos afetivos relativamente saudáveis. Em contrapartida, a disfuncionalidade manifesta-se quando os padrões familiares dificultam o desenvolvimento emocional dos membros, favorecendo sofrimento, conflitos constantes, rigidez excessiva ou ausência de organização (Nave; Jesus, 2005). As famílias diferenciam-se em subsistemas baseados em gerações, gêneros e interesses, os indivíduos são

demarcados por fronteiras interpessoais, barreiras invisíveis que regulam o contato com o outro. Quando essas fronteiras apresentam rigidez ou permeabilidade excessiva, podem surgir dificuldades na organização familiar e no exercício adequado das funções e dos papéis (Nichols, 2007).

As vivências construídas no interior da família também possuem relevância para a formação dos vínculos afetivos. De acordo com Bowlby (2002) o sistema familiar constitui o primeiro espaço de formação dos vínculos afetivos, sendo necessário desde muito cedo que todo bebê possua uma conexão emocional, que seja estável, afetuosa e recíproca com sua mãe, no qual ambos possam encontrar satisfação e prazer. John Bowlby (1907-1991), médico psiquiatra e psicanalista britânico, foi o precursor da Teoria do Apego, em meados da segunda metade do século XX. O comportamento de apego é considerado parte integrante da natureza humana, sua função biológica está associada a proteção, sendo caracterizado pela busca e manutenção de vínculos afetivos que ofereçam a sensação de segurança forte e generalizada, embora seja mais evidente na primeira infância ele pode ser observado ao longo do ciclo vital (Bowlby, 2024).

As experiências vividas na infância, especialmente aquelas relacionadas a disponibilidade, responsividade e qualidade dos cuidados recebidos podem contribuir na constituição de padrões de relacionamento na vida adulta. Estudos evidenciam como a qualidade do cuidado parental pode impactar a formação de relações duradouras e a identidade das pessoas, indicando uma continuidade das influências emocionais e interpessoais ao longo do desenvolvimento (Adorian et al, 2024). Levine e Heller (2021) corroboram, ao afirmar que o apego é parte integral do comportamento humano durante toda a sua existência. Assim, compreender a formação dos vínculos afetivos necessita considerar as experiências individuais e o contexto relacional a qual essas experiências foram construídas.

Segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1983) ao nascer, cada criança entra em uma situação predeterminada a partir de expectativas acumulados pelas gerações anteriores, herdando obrigações de compensação conforme o nível de cuidado, sofrimento ou privação de seus pais e antepassados, esse padrão é nomeado como Lealdades Invisíveis, um conceito que une o nível sistêmico (social) e o nível individual (psicológico), ligando a unidade familiar que espera lealdade às motivações e crenças de cada indivíduo, sua base biológica e existencial primária reside no parentesco genético (consanguinidade) e nos laços matrimoniais. A consanguinidade é inalterável ao longo da vida e tem primazia sobre a determinação psicossocial.

Para conceituar a lealdade como força sistêmica, os autores supracitados postulam a existência de um "livro razão" (libro mayor) de justiça invisível, que registra as obrigações, méritos, dívidas e injustiças vividas no grupo familiar. A incapacidade de cumprir essas obrigações familiares geram sentimento de culpa, que atuam como forças reguladoras secundárias da homeostase do sistema. Além disso, comportamentos sintomáticos ou autodestrutivos (como distúrbios psiquiátricos) funcionam frequentemente como mecanismos de lealdade inconsciente (Boszormenyi-nagy; Spark, 1983).

Nesse contexto, na vida adulta, quando um indivíduo vivencia uma relação abusiva, isso deixa de ser um evento isolado e passa a ser compreendido como uma atualização do que lhe foi herdado, uma relação como essa, é considerada disfuncional, sendo marcada por um profundo desequilíbrio de poder, na qual um dos parceiros utiliza o controle e a manipulação, podendo ser através de violência física, psicológica, moral ou patrimonial, para anular a autonomia e o crescimento do outro. (Rosa; Matos; Bernardino, 2024; Ventura, 2025). A compreensão dessas relações exige considerar não apenas o comportamento individual dos parceiros, mas também a história relacional, os vínculos constituídos, os padrões de interação, os papéis familiares, as fronteiras e os processos transgeracionais que podem ser grandes influenciadores e marcadores na constituição das relações.

Dessa forma, investigar as possíveis relações entre dinâmicas familiares disfuncionais, formação de vínculos afetivos e estabelecimento de relacionamentos abusivos torna-se significativo para a compreensão dos processos relacionais envolvidos na repetição de determinados padrões ao longo do ciclo vital. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo compreender como as dinâmicas familiares disfuncionais vivenciadas na infância podem influenciar o envolvimento em relacionamentos abusivos na vida adulta. Para alcançar o objetivo proposto, este estudo optou por uma revisão de literatura narrativa, cuja metodologia será detalhada adiante.

2 MÉTODOS

O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica de caráter narrativo, compreendida como um método mais amplo e descritivo, utilizado para discutir e apresentar o desenvolvimento do tema a partir de uma visão teórica ou contextual, buscando reunir conhecimentos já publicados sobre o assunto de forma abrangente, articulando autores e conceitos relevantes para a construção da fundamentação teórica do estudo. A escolha pela

revisão narrativa como método de pesquisa se justifica pela proposta deste trabalho, que busca compreender, de forma ampla e reflexiva, como dinâmicas familiares influenciam a formação e repetição de padrões relacionais, e de que maneira isso pode implicar em relacionamentos abusivos. Dessa forma, revisão narrativa possibilita reunir e discutir diferentes contribuições teóricas já publicadas pelo tema, permitindo uma análise crítica e articulada entre os conceitos abordados pela psicologia Sistêmica. (Rother, 2007)

Para a realização do levantamento bibliográfico, as fontes de pesquisa que serão analisadas ao decorrer desse estudo são: Google acadêmico, SciELO, PePSIC, Biblioteca virtual da Univel, além de livros físicos e virtuais de autores pertinentes da abordagem sistêmica familiar. A busca pelos materiais ocorrerá por meio de utilização de descritores relacionados ao tema, sendo eles "Dinâmicas familiares", "Padrões Relacionais"; "Repetição de comportamentos", "Lealdades familiares"; "Teoria do apego" e "Relacionamentos abusivos". Também serão utilizados operados booleanos como AND e OR, com a finalidade de ampliar ou refinar resultados encontrados na base de dados.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos, livros, dissertações e teses, disponíveis na íntegra ou de forma física, escritos em língua portuguesa ou em espanhol, que estejam relacionados à abordagem sistêmica familiar e à psicologia. Não sendo aplicado um recorte temporal restritivo para a seleção do material, visando possibilitar a inclusão de obras seminais e livros de autores fundamentais para a teoria sistêmica. Como critérios de exclusão foram desconsiderados estudos duplicados, resumos simples ou textos sem fundamentação científica, além de textos que fujam do tema proposto ou que sejam de outras abordagens da psicologia. A análise dos resultados e o processo de escolha dos conteúdos pesquisados ocorreu por meio da leitura e interpretação, buscando articular os principais conceitos e contribuições teóricas encontradas na literatura acerca dos assuntos estudados.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A Perspectiva Sistêmica Familiar compreende o comportamento humano de uma forma única, deixando de focar no indivíduo de maneira isolada, analisando a partir do contexto em que ele está inserido. Sabendo disso, a vida relacional do sujeito se inicia a partir da sua família, que se trata de um sistema social aberto, constituído por indivíduos, cada um com a sua função, regido por regras, valores e organização própria, que se transforma constantemente por meio de

troca contínua de informações com o ambiente externo (escola, trabalho, comunidade) (Nave; Jesus, 2011).

O sistema familiar é visto como um grupo inseparável e interdependente, onde os membros estão interligados de forma que o comportamento de um pode afetar o funcionamento de todo o grupo. Quando algum membro do sistema apresenta um sofrimento, para a abordagem Sistêmica Familiar isso é compreendido como um "sintoma", considerado como um sinalizador de que a dinâmica de interação de todo o grupo familiar está sob forte tensão e precisa de uma reestruturação, para o bem-estar do sistema como um todo (Otto; Ribeiro, 2020). Esse sistema é dividido em subsistemas, sendo eles conjugal (casal), parental (pais) e fraterno (irmãos), que possuem tarefas e papéis específicos. A separação desses subsistemas é mantida por fronteiras invisíveis que definem quem participa de cada espaço (Nave; Jesus, 2005).

Sendo assim, quando essas fronteiras são frágeis demais ocorre uma fusão ou aglutinação, que é um padrão relacional no qual os membros renunciam à sua autonomia individual em nome do sentimento de pertencimento ao grupo. Para que se tenha um amadurecimento saudável, é necessário que aconteça então, a diferenciação do Self, que pode ser compreendida como a capacidade que o indivíduo tem de gerenciar suas próprias emoções, conseguindo desenvolver sua autonomia (individuação) sem precisar se desligar ou se isolar de sua família (pertencimento). Esse fenômeno não é estático; trata-se de um desenvolvimento constante e ativo que ocorre ao longo de toda a vida (Martins, Rabinovich; Silva, 2008; Otto; Ribeiro, 2020).

Nas interações cotidianas familiares ocorre uma causalidade circular, na qual, ações e reações dos membros são causa e efeito em si mesmas, realimentando-se continuamente no tempo (Otto; Ribeiro, 2020). Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010) apontam que essa causalidade circular é visível no casamento, a partir do padrão *quid pro quo* ("isto por aquilo"), no qual cada parceiro responde à ação do outro com uma retaliação ou comportamento equivalente (como devolver uma agressão ou fechar-se em silêncio), mantendo o casal preso em um ciclo repetitivo disfuncional. Martins, Rabinovich e Silva (2008) corroboram que a circularidade também ocorre através das gerações, questões mal resolvidas, conflitos emocionais e padrões de funcionamento aprendidos na infância com a família de origem que tendem a ser reatualizados de forma inconsciente e repetidos nas escolhas e conflitos do casamento atual.

Para Minuchin (1982) existem famílias funcionais e famílias disfuncionais, essa funcionalidade está relacionada à flexibilidade da estrutura familiar e sua capacidade de

adaptação. O autor citado explica que, uma família funcional é um sistema social aberto que se transforma continuamente ao longo do tempo e consegue se reestruturar a partir de pressões internas e externas. Sabendo disso, os subsistemas que compõem uma família funcional possuem limites claros, as fronteiras são suficientemente nítidas para proteger o espaço e as funções de cada grupo. Quando se trata da disfuncionalidade, o sistema responde ao estresse ou às exigências de mudança de maneira estereotipada e rígida, a família patológica não consegue se adaptar e reage às pressões, repetindo os mesmos padrões habituais e resistindo a explorar qualquer nova alternativa de funcionamento (Minuchin,1982).

De acordo com Bowlby (2002) dentro desse espaço de socialização na infância, um acontecimento importante para a estruturação emocional saudável é a construção de vínculos afetivos seguros, o bebê possui uma necessidade biológica inata de contato físico e proximidade com suas figuras de referência que vai muito além de impulsos secundários como a alimentação. O referido autor, contribui ao afirmar que quando a criança experiencia um relacionamento contínuo, íntimo e carinhoso com sua mãe ou cuidador principal, estabelece-se a base necessária para a sua saúde mental e para o desenvolvimento da personalidade, por outro lado, a privação desse apego seguro pode gerar sentimentos profundos de raiva, ansiedade e medo de perda, o que pode levar o sujeito a recorrer a mecanismos defensivos de desapego para se proteger do sofrimento.

Quando o sistema familiar opera de forma disfuncional e falha em prover uma segurança de base, a necessidade inata de pertencimento e proximidade não desaparece; em vez disso, ela se ancora na estrutura das lealdades invisíveis. (Hias et al., 2025). Conceituadas originalmente por Boszormenyi-Nagy e Spark (1983), essas lealdades constituem compromissos e obrigações implícitas que mantêm o pertencimento ao grupo a partir de expectativas silenciosas, deveres e trocas afetivas que atravessam as gerações. Sob a ótica da justiça relacional, quando traumas, dores ou sofrimentos de um antepassado permanecem sem reparação, essa carga emocional é transferida para os descendentes, fazendo com que o membro mais sensível assuma o papel de "portador do sintoma" ou do fracasso como uma prova de fidelidade e amor ao sistema.

Dialogando diretamente com essa construção clássica, Hias et al. (2025) articulam a perspectiva da justiça relacional de Boszormenyi-Nagy e Spark (1983) aos filtros automáticos construídos na infância (priors), explicando que tais pactos transgeracionais levam o indivíduo a interpretar vivências de sofrimento, controle ou dor como expressões familiares de afeto e pertencimento. Com isso, a tentativa de romper com esses roteiros herdados ativa um sistema

de alarme no inconsciente, que interpreta a diferenciação e o afastamento da dor do grupo como um risco real de exclusão, paralisando o sujeito por meio de intensos sentimentos de culpa e ansiedade.

O compromisso invisível com o sofrimento e o medo de exclusão encontram sustentação direta em estruturas sociais marcadas por profundas relações de poder, moldadas a partir do autoritarismo, patriarcalismo e machismo, legitimados por séculos de leis e costumes, que naturalizaram o homem como figura de autoridade, o qual se impõe sobre os membros mais vulneráveis no âmbito doméstico, reduzindo a mulher e os filhos a uma condição de total obediência (Portela, 2021). Sabendo disso, segundo Zampieri (2010), a violência é uma imposição e/ou opressão exercida sobre o outro por intermédio do uso da força física, social, econômica, jurídica ou moral. O autor diz que de forma sistêmica, a naturalização do abuso é sustentada por expectativas de gênero culturalmente rígidas, as quais associam a masculinidade a papéis de dominação, virilidade e agressividade, enquanto delegam às mulheres condutas de passividade, subordinação, obediência e cuidado com o lar.

Portela (2021) corrobora dizendo que, o casal frequentemente identifica a agressividade vivenciada em sua família de origem como um modelo a ser seguido no casamento, perpetuando o padrão violento. Crianças que crescem assistindo a essas agressões verbais ou físicas acabam aprendendo que as relações conjugais são marcadas pela hostilidade, acreditando erroneamente que a violência é uma forma natural de estruturar e educar as pessoas, o que dificulta a percepção do abuso na vida adulta, fazendo com que a pessoa permaneça em uma relação não saudável acreditando ser algo normal.

Além disso, o rompimento de uma relação abusiva é dificultado pela atuação do ciclo silencioso da violência doméstica de forma contínua em três fases consecutivas: o acúmulo da tensão, a explosão violenta e a fase da lua de mel. Na lua de mel, o agressor simula arrependimento, promete mudanças de conduta e manipula psicologicamente a parceira para que ela se sinta culpada pelo desentendimento, induzindo-a ao perdão. Essa dificuldade de encerramento é intensificada pela perda da individualidade da vítima e por obstáculos práticos e afetivos, que incluem a dependência emocional e financeira, a vergonha social, o isolamento provocado pelo parceiro e o medo de retaliações graves, como ameaças de morte ou disputas pela guarda dos filhos. (Portela, 2021).

Para conseguir romper com esse ciclo, é importante ter uma rede de apoio e acompanhamento psicológico, além de políticas públicas que trabalhem para a proteção da

família e infância. Conviver com novas referências sociais e experimentar laços afetivos seguros com pessoas significativas também atua como um elemento protetor essencial, viabilizando a construção de interações mais saudáveis do que as vivenciadas na família de origem (Pereira et al., 2023). Além disso, a transição prática de um ambiente de agressões para a harmonia relacional baseia-se em intervenções que buscam desativar o ciclo sintomático em favor de novas soluções conjuntas, valorizando as potencialidades e a competência de todo o grupo familiar (Thomaz; Marra, 2021).

Desta forma, a reestruturação de um funcionamento familiar efetivo é construída a partir do estabelecimento de limites contra abusos, da desconstrução de padrões de manipulação emocional e da melhoria da comunicação direta para a resolução de conflitos, à medida que a dinâmica terapêutica ou os novos arranjos de vida possibilitam que os integrantes da família conquistem sua individuação e independência emocional, através da diferenciação do Self, ao romper a rigidez dos conflitos e permitir que as vítimas recuperem o protagonismo sobre suas próprias vidas, abrindo caminho para a consolidação de relacionamentos adultos pautados pela reciprocidade e pela autonomia (Thomaz; Marra, 2021).

Diante do exposto, compreende-se que a perspectiva sistêmica familiar oferece contribuições relevantes para a análise das conexões entre as dinâmicas de origem, a formação dos vínculos e os relacionamentos abusivos. Ao olhar para além do indivíduo isolado, essa abordagem evidencia como os padrões de apego e as lealdades invisíveis herdadas na infância influenciam a manutenção de laços disfuncionais na vida adulta, ajudando assim, a compreender a repetição dessas dinâmicas e apontando a diferenciação do Self e a autonomia como caminhos fundamentais para a construção de relações saudáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito investigar, sob a perspectiva sistêmica familiar, de que maneira as dinâmicas familiares disfuncionais vivenciadas na infância influenciam a formação dos vínculos afetivos e contribuem para a entrada ou permanência do indivíduo em relacionamentos abusivos na vida adulta. Ao longo do estudo, buscou-se compreender que as experiências relacionais construídas na fase inicial do desenvolvimento não permanecem isoladas no passado, mas atuam como marcadores significativos na estruturação dos padrões afetivos e das escolhas conjugais na maturidade.

A pesquisa demonstrou que experiências familiares marcadas por dificuldades relacionais, rigidez excessiva, ausência de diálogo, instabilidade emocional ou fragilidade nos vínculos, podem repercutir na maneira como o indivíduo constrói suas relações afetivas ao longo da vida, evidenciando que muitos padrões relacionais tendem a ser aprendidos e reproduzidos nas relações futuras, ainda que de forma inconsciente, especialmente quando determinados comportamentos são naturalizados no ambiente familiar desde a infância.

Ao abordar os relacionamentos abusivos a partir dessa perspectiva, tornou-se possível ampliar a compreensão sobre o fenômeno, considerando não apenas aspectos individuais, mas também os contextos relacionais e familiares que podem contribuir para a manutenção de padrões disfuncionais. Compreender a história familiar e os modelos relacionais internalizados pelo sujeito mostrou-se importante tanto para a prevenção quanto para intervenções psicológicas voltadas ao fortalecimento emocional e à construção de relações mais saudáveis.

O desenvolvimento desta pesquisa não teve como intuito esgotar o conhecimento sobre a temática, mas possibilitar reflexões relevantes para a Psicologia, especialmente no campo da abordagem sistêmica familiar, ao evidenciar a importância de compreender o indivíduo inserido em sua rede de relações e nos diferentes contextos que atravessam sua trajetória de vida. Com isso, o estudo demonstrou que as dinâmicas familiares disfuncionais vivenciadas na infância exercem influência direta na constituição dos vínculos afetivos e na vulnerabilidade ao estabelecimento e à manutenção de relacionamentos abusivos na vida adulta.

Sendo assim, mostrou-se importante ter uma rede de apoio e um acompanhamento profissional que possa auxiliar o sujeito na construção de sua autonomia e fortalecimento emocional, evidenciando que existem outros caminhos para além de uma relação abusiva, ao buscar por uma diferenciação do Self, construindo sua própria história e se desvinculado de vivências não saudáveis que o atravessam.

REFERÊNCIAS

ADORIAN RT, et al. Teoria do apego. Revista Cathedral, v. 6, n. 2, p. 103-122, 10 jun. 2024.

BERNARDINO, AV; MATOS, BP; VIEIRA DA ROSA, CL. Dispositivos amorosos, repetição de padrão familiar e relacionamento abusivo: impactos e atravessamentos. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 3, p. 298-313, 2024. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/4534/2759. Acesso em: 12 de maio de 2026.

BOSZORMENYI-NAGY, I; SPARK, GM. Lealtades invisibles: reciprocidad en terapia familiar intergeneracional. Tradução de Inés Pardal. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1983.

BOWLBY, J. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artmed, 2024

BOWLBY J. Apego e perda: apego. v. 1. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARDANO M. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

COSTA LF. A perspectiva sistêmica para a clínica da família. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010; 26(especial): 95-104. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500008 Acesso em: 22 de março de 2026.

FÉRES-CARNEIRO T, DINIZ NETO O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. Paidéia (Ribeirão Preto), 2010; 20(46): 269-278. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200014. Acesso em: 22 de março de 2026.

HIAS KZ, et al. Famílias que habitam em nós: lealdades, escolhas e pertencimentos. Porto Alegre: Arte em Livros, 2025.

LEVINE A; HELLER, R. Maneiras de amar: como a ciência do apego adulto pode ajudar você a encontrar e manter o amor. Rio de Janeiro: Sextante, 2021

MARTINS, EMA; RABINOVICH, EP; SILVA, CN. Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. Psicologia USP, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 181-197, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000200005. Acesso em: 15 de agosto de 2026.

MINUCHIN, S. Famílias: Funcionamento e Tratamento. Tradução de Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

NAVE FJGM, JESUS SN. Ameaças à funcionalidade familiar: uma perspectiva sistêmica da cultura organizacional da(s) família(s). Educação, 2005; 30(1): 11-26. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3787/2169 . Acesso em: 26 março de 2026.

NICHOLS MP; SCHWARTZ, RC. Terapia familiar: conceitos e métodos/ Michael P. Nichols, Richard C. Schwartz; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. - 7. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007

OTTO AFN, RIBEIRO MA. Contribuições de Murray Bowen à Terapia Familiar Sistêmica. Pensando Famílias, 2020; 24(1): 79-95. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100007 . Acesso em: 08 de agosto de 2026.

PEREIRA, CFL, et al. Resiliência: um artifício para superação da transmissão transgeracional da violência intrafamiliar. Pará de Minas: Faculdade de Pará de Minas (FAPAM), 2023. Disponível em:

https://periodicos.fapam.edu.br/index.php/RPE/article/download/567/281/1427 Acesso em: 15 de agosto de 2026.

PORTELA, Y. Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta. Disponível em: https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.987 . Acesso em: 20 de agosto de 2026.

ROTHER ET. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, 2007; 20(2). Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 de maio de 2026.

THOMAZ, Deborah Cristina Silveira; MARRA, Marlene Magnabosco. A Violência Doméstica pelo Olhar da Terapia Sistêmica: Atendimento de uma Família. Revista Brasileira de Terapia Familiar, v. 10, p. 130-148, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.60114/rbtf.v10i1.25. Acesso em: 2 de setembro de 2026.

VENTURA, KS. A perpetuação de padrões transgeracionais aprendidos na família de origem em relacionamentos conjugais. 2025. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Psicologia, Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), Teresópolis, 2025. Disponível: https://bibonline.unifeso.edu.br/pergamumweb/download/495EB4EA9BEC336AE0633401A8C09B8B.pdf. Acesso em: 8 de agosto de 2026.

ZAMPIERI, AMF. Projeto Prevenir é Poder: A Justiça e a Terapia Familiar na Construção da Paz e da Não Violência. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) / Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (INTERPSI) / Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), mar. 2010. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/Cartilha_PrevenirePoder.pdf . Acesso em: 2 de setembro de 2026